

HABEAS CORPUS Nº 486.896 - RS (2018/0346492-4)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : MARCELO WOICIECHOWSKI DORNELES DA SILVA
ADVOGADO : MARCELO WOJCIECHOWSKI DORNELES DA SILVA -
RS0078267
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
PACIENTE : RAFAEL OLIVEIRA DE AZAMBUJA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário e com pedido de liminar impetrado em favor de **RAFAEL OLIVEIRA DE AZAMBUJA**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Sustenta a defesa que o paciente teve sua prisão preventiva decretada em 14/08/2018, sendo recolhido em 24/09/2018 (fl. 4), pelo suposto crime de roubo, praticado mediante emprego de forte aparato bélico (fuzis, explosivos, etc.), concurso de agentes e restrição da liberdade das vítimas (fl. 344).

Irresignada com o excesso de prazo para o oferecimento da denúncia, a Defesa impetrou **Habeas Corpus** perante o Tribunal de origem pleiteando a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente. O Tribunal **a quo**, à unanimidade, denegou a ordem em acórdão de fls. 18-28, que restou assim ementado:

"HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO A LOTÉRICA. LEGALIDADE E NECESSIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS DEVIDAMENTE DEMONSTRADOS. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. OUSADIA DO AGIR CRIMINOSO. REAL PROPENSÃO À REITERAÇÃO DELITIVA. PACIENTE REINCENTE. PRISÃO PARA GARANTIA DE ORDEM PÚBLICA. ARTIGOS 312 E 313, I E II. CPP. INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INQUÉRITO POLICIAL QUE INVESTIGA

POSSÍVEL ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA VOLTADA A PRÁTICA DE ROUBOS A ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E TRANSPORTADORAS DE VALORES. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMALIZAÇÃO DA ACUSAÇÃO. NÃO CONSTATADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL INVESTIGAÇÃO COMPLEXA, COM A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DIVERSAS DILIGÊNCIAS. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA OU DESINTERESSE DOS AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS, QUE VÊM EMPREENDENDO ESFORÇOS PARA FINALIZAR A INVESTIGAÇÃO DE MANEIRA DILIGENTE. EVENTUAL MORA NA FASE PRÉ-PROCESSUAL QUE DEVERÁ SER COMPENSADA NAS ETAPAS VINDOURAS. SEGREGAÇÃO MANTIDA. ORDEM DENEGADA. UNÂNIME" (fl. 18) .

Alega o impetrante que *"configurado o excesso de prazo para o encerramento do inquérito policial sem qualquer fato que possa ser imputável à defesa, com a manutenção do paciente no cárcere, forçoso reconhecer que a custódia se tornou ilegal por excesso de prazo" (fl. 7) .*

Aduz que *"está mais que demonstrado o constrangimento ilegal que sofre o paciente, preso há 112 dias sem sequer ter sido oferecida denúncia" (fl. 9)*

Requer a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente.

Liminar indeferida às fls. 314-316.

Indeferido o pedido de reconsideração à fl. 328.

Informações prestadas às fls. 341-378.

O d. Ministério Público Federal manifestou, às fls. 387-388, pela Prejudicialidade do **writ**, em parecer ementado nos seguintes termos:

"PENAL PROCESSUAL PENAL HABEAS CORPUS. ROUBO A LOTÉRIA, PRATICADO EM CONCURSO DE AGENTES. MEDIANTE EMPREGO DE FORTE APARATO BÉLICO E, AINDA, COM RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DAS VÍTIMAS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO PRAZO NA FORMAÇÃO DA ACUSAÇÃO. DEMORA JUSTIFICADA. COMPLEXIDADE DO FEITO. DENÚNCIA RECEBIDA . PERDA DO OBJETO. PARECER PELA PREJUDICIALIDADE DO HABEAS CORPUS" (fl. 387).

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Conforme informações do Tribunal de origem (fl. 358), constata-se que foi recebida a denúncia, dia 25/01/2019, processo n. 0007848-43.2018.8.21.0003, pelo Juízo de origem.

Nesse contexto, verifico que o presente **writ** perdeu o objeto.

Ante o exposto, **julgo o presente habeas corpus prejudicado.**

P. e I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer
Relator